

A fabricação bolsonarista do “fantasma do gênero” como o novo “perigo vermelho”¹

The bolsonarist construction of the “phantasm of gender” as the new “red scare”

Allan SANTOS²

Resumo: O artigo analisa como o bolsonarismo fabrica o “fantasma do gênero” como o novo “perigo vermelho”, reatualizando a tradição anticomunista brasileira nas guerras culturais do século XXI. Com base no conceito formulado por Butler, em diálogo com Laplanche, investiga-se como o “fantasma do gênero” é convertido em ameaça psicossocial capaz de condensar e deslocar ansiedades difusas, operando como dispositivo privilegiado de mobilização política – especialmente potente em contextos eleitorais. O corpus reúne 58 pronunciamentos parlamentares (1991-2018) e 66 postagens de Bolsonaro no Facebook (2013-2018). A análise organiza-se em dois eixos interpretativos: (a) a infância como operador fantasmático privilegiado e (b) o “fantasma do gênero” como metonímia da dissolução nacional. Sustenta-se que o bolsonarismo desloca a figura do inimigo comum do campo econômico para o antropológico, legitimando projetos autoritários de poder sob a retórica da proteção da infância e da soberania nacional.

Palavras-Chave: Bolsonarismo. Fantasma do gênero. Perigo vermelho. Anticomunismo. Marxismo cultural

Abstract: The article examines how Bolsonarism constructs the “phantasm of gender” as the new “red scare,” reactivating the Brazilian anti-communist tradition within the culture wars of the twenty-first century. Drawing on the concept formulated by Butler, in dialogue with Laplanche, it investigates how the “phantasm of gender” is transformed into a psychosocial threat capable of condensing and displacing diffuse anxieties, operating as a privileged device of political mobilization – particularly potent in electoral contexts. The corpus comprises 58 parliamentary speeches (1991-2018) and 66 Facebook posts by Bolsonaro (2013-2018). The analysis is organized around two interpretive axes: (a) childhood as a privileged phantasmatic operator and (b) the “phantasm of gender” as a metonymy of national dissolution. It argues that Bolsonarism shifts the figure of the common enemy from the economic to the anthropological domain, legitimizing authoritarian power projects under the rhetoric of protecting childhood and national sovereignty.

Keywords: Bolsonarism. Phantasm of gender. Red scare. Anti-communism. Cultural marxism.

1 Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

2 Professor da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO-UFRJ). Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pelo PPGCOM da UFRJ. E-mail: allansantos29ny@gmail.com.

1. Introdução

Conforme denunciado por Judith Butler (2024, p. 53), “[u]m dos espaços mais poderosos de influência antigênero são as eleições nacionais”. Por conseguinte, nas eleições presidenciais brasileiras de 2026, é plausível supor que a reativação da retórica articulada por uma “campanha global antigênero”³ atue como um dispositivo de mobilização afetiva capaz de reorganizar alianças conservadoras e legitimar projetos autoritários de poder sob a bandeira da restauração moral da nação. Torna-se, assim, fundamental compreender como o “gênero” vem sendo sucessivamente convertido em signo condensador de ansiedades sociais difusas, operando como mecanismo privilegiado de engajamento político.

É nesse ponto que a noção de “fantasma do gênero”, formulada por Butler (2024) a partir da teoria psicanalítica de Laplanche, revela sua potência analítica. Longe de designar uma realidade empírica verificável, o conceito refere-se a uma formação simbólica que organiza medos, desejos e angústias coletivas, produzindo efeitos políticos concretos – mesmo na ausência de correspondência factual. Não se trata, portanto, de uma ilusão individual, mas de uma estrutura relacional que organiza afetos difusos relacionados à infância, à família, à religião e à segurança nacional. Nessas linhas, a hipótese deste artigo é que a retórica antigênero bolsonarista opera por meio da fabricação discursiva desse objeto fantasmático, reconfigurando o imaginário histórico do “perigo vermelho” para a conversão do “fantasma do gênero” no principal inimigo da pátria.

A expressão “perigo vermelho” refere-se à construção política e simbólica do comunismo como ameaça à ordem social, moral e institucional, mobilizando medos de subversão, perda de soberania e dissolução de valores tradicionais, especialmente durante a expansão soviética no século XX (Walsh, 2025). No Brasil, o anticomunismo consolidou-se como uma tradição durante a ditadura militar, legitimando repressão, vigilância e exceção (Motta, 2022). Contemporaneamente, conforme argumentam Paternotte & Kuhar (2018), a “pauta transnacional de repúdio ao ‘gênero’” se consolidou como uma categoria política capaz de mobilizar alianças reacionárias heterodoxas contra uma nova ameaça imaginária. Em outras palavras, mais de três décadas após a queda do Muro de Berlin e o colapso da ex-

³ O argumento desenvolvido por este trabalho de que campanhas antigênero têm sido articuladas transnacionalmente por movimentos de extrema direita, especialmente a partir da segunda década do século XXI, é apoiado por importantes trabalhos publicados por institutos de pesquisa e pesquisadores dos estudos de gênero e sexualidade, como Garbagnoli & Prearo (2017), Paternotte & Kuhar (2017), Corrêa (2018), Fassin (2020), Corrêa e Kalil (2020), ABGLT et al (2021).

União Soviética o “gênero” passa a ser fabricado por líderes da extrema direita como o novo “perigo vermelho”. Segundo Contreras e Poole (2011), a “velha esquerda” do marxismo corresponde atualmente à “nova esquerda” da “ideologia de gênero”.

Na esteira do que problematizam Rich (1983) e Wittig ([1992] 2022), a heteronormatividade não deve ser meramente compreendida como uma instituição que lideranças reacionárias se organizam para conservar, mas como um regime político que tem historicamente regulado relações de poder, práticas culturais e estruturas sociais. Em oposição à concepção biologizante que impõe a heterossexualidade como uma dimensão natural da existência humana, a “teoria de gênero” (Butler, [1990] 2003) foi concebida como uma crítica aos sistemas de poder-saber que delimitam as possibilidades de existência e expressão humanas. Nessa perspectiva, a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo tenha sido historicamente entendido em termos biológicos, o gênero é, na verdade, uma construção social. Tal deslocamento epistemológico tem potencializado reivindicações políticas por cidadania de sujeitos cujas formas de ser e estar no mundo rompem com a lógica transcendentemente imposta pelo trinômio “sexo-gênero-desejo” (Butler, [1990] 2003).

Esta pesquisa identificou que, no esforço para a despolitização e a criminalização das lutas por direitos sexuais, o discurso bolsonarista passou a enfatizar a idade das crianças da rede pública de ensino fundamental e os presumidos riscos associados à normalização das expressões de gênero e sexualidade infantojuvenis (Santos, 2024). Em 2010, por exemplo, tal enquadramento fundamentou a denúncia inaugural dos programas “Brasil Sem Homofobia” (2004) e “Escola Sem Homofobia” (2011) como elementos constitutivos do fictício “kit gay”: “Atenção, pais de alunos de 7, 8, 9 e 10 anos da rede pública: no ano que vem, seus filhos vão receber na escola um kit intitulado *Combate à Homofobia*”⁴. Posteriormente, durante os embates legislativos em torno do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), a desqualificação das reivindicações das populações LGBTQIA+ foi potencializada pela sua inscrição no “campo discursivo de ação conservador transnacional” sedimentado por uma suposta “ideologia de gênero” (Miskolci & Campana, 2017, p. 730): “O PT quer transformar

⁴ Discurso disponível em: <https://bit.ly/2ukSW9S>. Vídeo disponível em: <https://bit.ly/2YLNiu6>. Entre 30 de novembro de 2010 e 01 de abril de 2015 o então deputado federal Jair Bolsonaro subiu 41 vezes à Tribuna da Câmara dos Deputados para denunciar os perigos representados pelo “kit gay” à sociedade brasileira. Todos os discursos – excluindo o de 13 de maio de 2004 por não possuir relevância para esta pesquisa – estão disponibilizados em: <https://bit.ly/3xVy6gh>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

criancinhas de 5, 6, 7 anos de idade em homossexuais e escancarar as portas para a pedofilia! Deixo bem claro: nós na Câmara dos Deputados, em Comissão Especial, rejeitamos a ideologia de gênero. A mesma coisa o Senado fez: rejeitou a ideologia de gênero”⁵.

Nessa esteira, a retórica antigênero foi radicalizada quando Bolsonaro passou a difundir a ideia de que uma “revolução antropológica” estaria sendo arquitetada por uma “ideologia totalitária”, apresentada pelo então parlamentar como ainda mais ameaçadora do que regimes políticos comunistas baseados no controle estatal pela força, como os da Coreia do Norte e de Cuba. Sob o argumento de que “o gênero destrói a estrutura antropológica íntima do ser humano” (Scala, 2011, p. 134), a própria ideia de nação – tomada como metonímia de uma ordem moral assentada na masculinidade normativa – passou a ser apresentada como ameaçada por uma importação cultural perigosa. Conforme anunciado pelo ex-capitão do Exército na Tribuna da Câmara, em 08 de dezembro de 2010: Isso [o “kit gay”] é sério. Entendo até que é questão de soberania nacional”⁶.

Articulando o conceito butleriano de “fantasma do gênero” como uma categoria teórico-metodológica de análise discursiva, me interessa examinar alguns dos processos comunicacionais por meio dos quais o bolsonarismo tem fabricado esse objeto fantasmático como o novo “perigo vermelho” a ser combatido por lideranças e apoiadores de projetos de poder distintos: católicos, evangélicos, neoliberais e nacionalistas-anticorrupção. Busco, assim, compreender como práticas retóricas que alarmam a população a respeito de um fictício domínio do “gênero” sobre o destino da nação alimentam medos e ansiedades em torno da preservação ontológica do povo brasileiro. Ao investigar a materialização desse fenômeno em pronunciamentos parlamentares e postagens digitais de Jair Bolsonaro, o artigo analisa de que modo a extrema direita produz, circula e instrumentaliza o “fantasma do gênero” como tecnologia de poder – dinâmica cuja possível reemergência nas disputas eleitorais de 2026 torna sua análise não apenas pertinente, mas urgente.

Para desenvolver a hipótese aqui levantada, o artigo estrutura-se em três movimentos. Primeiro, reconstrói-se teoricamente o conceito de “fantasma do gênero” e sua pertinência analítica. Em seguida, historiciza-se o “perigo vermelho” comunista como matriz discursiva com rastros duradouros na cultura política brasileira. Por fim, empreende-se a análise empírica de 58 pronunciamentos proferidos por Jair Bolsonaro na Tribuna da Câmara dos

⁵ Discurso disponível em: <https://bit.ly/3QQtku1>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

⁶ Discurso disponível em: <https://bit.ly/3Gilt8F>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025

Deputados (1991-2018) e 66 postagens compartilhadas pelo então parlamentar em sua página oficial do Facebook (2013-2018), na qual se examina a fabricação bolsonarista do “fantasma do gênero” como o novo “perigo vermelho”.

2. Rastreando o fantasma: percurso teórico-metodológico

Na obra *Quem tem medo de gênero?*, Judith Butler (2024) retoma o conceito de “fantasma” (ou *phantasm*), tal como formulado por Jean Laplanche, para elaborar a noção de “fantasma do gênero”. Essa formulação permite compreender como o “gênero” passa a operar, em determinados discursos políticos e midiáticos, não como conceito teórico ou experiência social situada, mas como figura imaginária de ameaça. Nesse sentido, o “fantasma do gênero” é mobilizado neste trabalho como operador analítico capaz de evidenciar a eficácia política de construções discursivas fantasiosas.

Em Laplanche, a fantasia não corresponde apenas a uma realidade totalmente subjetiva, mas a uma estrutura psíquica relacional que organiza desejos, medos e angústias a partir de certas regras estruturais, baseadas na “condensação” e no “deslocamento”⁷. Trata-se de um arranjo sintático de elementos da vida psíquica derivado de mensagens enigmáticas transmitidas por figuras de autoridade (especialmente na infância), cujos conteúdos sexuais e afetivos não são plenamente simbolizáveis pelos sujeitos. Butler (2024) transpõe essa noção ao campo político, concebendo o “gênero” como um “fantasma psicossocial”: uma ameaça constantemente invocada, cuja sintaxe reordena elementos da realidade a serviço de uma força motriz que torna opaca a sua própria operação. Nos discursos reacionários, portanto, “gênero” deixa de designar teorias feministas e queer ou experiências LGBTQIA+, passando a funcionar como uma “sintaxe inflamada” capaz de “condensar” e “deslocar” ansiedades heterogêneas para a formação de uma unidade complexa que impõe a crença em sua realidade. Trata-se de uma operação primordialmente afetiva, antes que argumentativa.

No bolsonarismo, o “fantasma do gênero” substitui simbolicamente o comunismo como o novo “perigo vermelho” a ser combatido em nome da segurança nacional, reatualizando gramáticas morais da Guerra Fria no campo da sexualidade. O chamado “kit gay” exemplifica essa operação, já que não corresponde a uma política pública nos termos difundi-

⁷ Teorizados sistematicamente em *A interpretação dos sonhos* (1900), “condensação” e “deslocamento” são conceitos centrais da teoria freudiana. Enquanto aquele refere-se ao modo pelo qual múltiplos pensamentos, afetos e representações são comprimidos em uma única imagem ou elemento do sonho, esse ocorre quando um ou múltiplos tópicos são expulsos da mente em favor daquele que ao mesmo tempo os representa e os oculta.

dos, mas funciona como narrativa conspiratória. Nesse contexto, o “gênero” ocupa o lugar do inimigo absoluto, antes atribuído ao comunismo, dispensando comprovação empírica ao atuar no registro do medo moral. Mais do que um “significante vazio” – no sentido de uma categoria desprovida de referente estável –, trata-se de um “significante sobredeterminado” (Butler, 2024, p. 19) que condensa e desloca, da própria história social e do discurso político, conteúdos heterogêneos para a produção de sucessivos pânicos morais (Cohen, 1972): pedofilia, corrupção infantil, destruição da família, decadência civilizatória e conspirações ideológicas. Em consequência, a sua força política não reside na ausência de sentido, mas na capacidade de funcionar como superfície de projeção de ansiedades coletivas.

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa insere-se na análise de discurso de matriz foucaultiana (Foucault, [1971] 1996), compreendendo os enunciados políticos como práticas de produção de sentidos atravessadas por relações de saber-poder, regimes de verdade e formações discursivas. A análise foi conduzida por meio da identificação de operações de “deslocamento” e “condensação” que possibilitam a reinscrição do anticomunismo na gramática antigênero. Em um primeiro momento, empreendi um levantamento sistemático nos arquivos de Discursos e Notas Taquigráficas disponibilizado no site da Câmara dos Deputados⁸. Sendo assim, mapeei, identifiquei, coletei e armazenei as declarações feitas por Bolsonaro nessa Casa Parlamentar durante os seus sete mandatos como deputado federal (1991-2018) que continham as seguintes palavras-chave⁹: kit gay, homossexualidade, homossexualismo, homossexual, homossexuais, homofobia, pedofilia e ideologia de gênero. Dos 189 resultados obtidos, 58 registros foram selecionados após exclusão de repetições.

Em uma segunda etapa, coletei e armazenei, por meio de registro digital arquivado (*print screen*), as 66 postagens compartilhadas pelo político em sua página do Facebook que foram selecionadas com base nos seguintes critérios: 1) continham uma das seguintes palavras-chave: criança, crianças, criancinha, criancinhas, infância, infantil, família, famílias, pedofilia e homossexualidade; 2) articulavam, por meio de textos e imagens, os programas educacionais do PT e um suposto “kit gay” à “ideologia de gênero”; 3) haviam sido compartilhadas antes do início oficial da campanha de Bolsonaro à Presidência em 2018, ou

⁸ Disponível em: <https://bit.ly/3UdjdyZ>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

⁹ As palavras-chave foram selecionadas por funcionarem como marcadores privilegiados da inscrição do “gênero” no campo da ameaça moral, permitindo rastrear empiricamente a emergência do fantasma no discurso parlamentar.

seja, entre 14 de junho de 2013 (criação do perfil na plataforma digital) e 22 de julho de 2018 (oficialização de sua candidatura à presidência). O desenho metodológico permitiu operacionalizar empiricamente o conceito de “fantasma do gênero” por meio de dois eixos interpretativos que emergiram do corpus: (a) A infância como operador fantasmático privilegiado e (b) O “fantasma do gênero” como metonímia da dissolução nacional.

3. Rastros discursivos do “perigo vermelho” comunista

“Perigo vermelho” tem historicamente servido para designar o medo político do comunismo, sobretudo a ideia de infiltração de governos, subversão da propriedade privada e ameaça à soberania nacional. O termo difundiu-se no contexto da Guerra Fria, quando países capitalistas viam a expansão da ex-URSS e de ideologias marxistas como um risco existencial. Nos Estados Unidos, por exemplo, esteve ligado ao macarthismo, período de perseguição a supostos comunistas liderado por Joseph McCarthy nos anos 1950. Na América Latina, converteu-se em matriz duradoura de construção do comunismo como ameaça social, política e moral ao longo do século XX.

Alimentado por temores relativos a dinâmicas internas de disputa de poder, o anticomunismo no Brasil funcionou como eixo de articulação entre elites políticas, setores militares, instituições religiosas e parcelas da sociedade civil. Durante a ditadura instaurada em 1964, essa gramática do inimigo interno legitimou a supressão de direitos e a perseguição a opositores do sistema capitalista, produzindo efeitos na cultura política nacional que podem ser observados no tempo presente. Sobretudo, em chave analítica contemporânea, o “perigo vermelho” deve ser compreendido menos como referência empírica ao comunismo real e mais como dispositivo discursivo de mobilização afetiva, capaz de condensar medos difusos e ser reatualizado contra novos alvos simbólicos conforme as transformações das disputas ideológicas no país.

Em Mariani (1998) foi realizada uma extensa análise sobre os sentidos de “comunista” e de “comunismo” que circulavam na imprensa carioca entre 1922 (ano de fundação do Partido Comunista Brasileiro) e 1989 (ano de candidatura de Roberto Freire, do PCB, à Presidência da República). O estudo evidencia que, ao longo de quase sete décadas, houve o recrudescimento de um imaginário polarizado entre o bem (o *status quo* burguês) e o mal (os comunistas são os “inimigos da pátria”). Nesse processo, tais termos foram “submetidos a processos de significação negativizados (como falta de apreço pela família,

pelos valores pátrios, pela religião católica, dentre outros) e contrários ao que seria a ‘índole’ do brasileiro” (Mariani, 2019, p. 275). Em outros termos, o modo como o comunismo foi significado no discurso jornalístico da época produziu uma política de silenciamento das contradições sociais e transformações coletivas sobre as quais os ideais comunistas foram edificadas, assim como fortaleceu uma certa noção de brasilidade fundada na abjeção à representação estereotipada do que seria o ideário do materialismo histórico formulado por Marx e Engels no século XIX.

A partir dos anos 1980, conforme aprofunda a pesquisa de Mariani (1998, 2019), os efeitos de sentido associados a “comunismo” e “comunista” deslizaram para “esquerda”, “esquerdista” e “esquerdismo”. Sendo assim, “ser de esquerda” passa a ser construído discursivamente pela remissão ao “ser comunista”, reascendendo nas consciências dos sujeitos que habitam a temporalidade presente as memórias do “perigo vermelho” e dos “inimigos nefastos da pátria” fabricadas pelos ditos e não ditos de uma outra historicidade. No contexto contemporâneo, o foco não é tão somente o PCB e o comunismo de outrora, mas especificamente o Partido dos Trabalhadores: os chamados “petralhas” e, em especial, os “esquerdopatas” – categoria que patologiza sujeitos progressistas simplesmente por sua identificação com a esquerda. Nas palavras da própria pesquisadora:

Por associação, depreendemos a formação de *esquerd(o)pata*, como em *psicopata*: psic(o)pata. A etimologia de *psicopata* está na união de *psyché* e *pathós*, duas palavras gregas que significam alma ou mente, e doença ou sofrimento, respectivamente. Por analogia com a construção de *psicopata*, podemos compreender que um *esquerdopata* seria um sujeito doente por ser de esquerda, ou melhor, por pensar como alguém de esquerda. Logo, a ideologia de esquerda seria uma doença (Mariani, 2019, p. 284, grifos do original).

A partir do processo discursivo que Mariani (2019) denomina “retorno de um efeito de sentido”, a retórica bolsonarista apropria-se de enunciados sedimentados pela nossa tradição anticomunista (Motta, 2022) afim de posicionar a esquerda brasileira – em especial, o PT – como inimiga da pátria. No entanto, o reavivamento dos rastros do comunismo no imaginário popular não ambiciona atualizar o horizonte revolucionário clássico, mas deslocar o “perigo vermelho” para o campo antropológico. Assim, mais do que os riscos associados à redistribuição de renda, à reforma agrária ou à revolução do proletariado, a produção acadêmica de saberes sobre o “gênero” passa a ser apresentada como instrumento de um suposto “marxismo cultural”, destinado à dominação global por meio da “desconstrução da heteronormatividade”.

Inicialmente, “comunismo” e “gênero” ainda aparecem no discurso bolsonarista como perigos distintos, porém convergentes. Isso se evidencia quando Bolsonaro alarma a população ao afirmar que “[n]os livros escolares – agora não é *kit gay*, não – há dezenas e dezenas de páginas louvando o regime cubano, louvando o regime chinês de Mao Tsé-Tung, o norte-coreano e por aí afora; e esculhambando os regimes democráticos”¹⁰. Dessa forma, as memórias coletivas semeadas pelo anticomunismo foram reascendidas para que os cidadãos comuns pudessem ter uma dimensão do risco que estava sendo apresentado pelo ex-capitão do Exército: “Aquela ideia de pré-64 não sai da cabeça desses retrógrados petistas!”¹¹. Em termos centrais, o então parlamentar procura sustentar que as ameaças do “perigo vermelho” jamais cessaram de existir, pois “estamos vivendo um comunismo, uma ditadura canalha que o PT quer impor ao nosso País”¹².

Além disso, o revisionismo e o negacionismo histórico (Napolitano, 2019) operam como estratégias centrais para o deslocamento dos sentidos de “ser de esquerda” do campo da justiça social para o da patologia da alma – historicamente ocupado por “monstros morais” (Foucault, [1974-1975] 2018). Ao reclassificar a ditadura militar (1964-1985) como “revolução democrática”, o discurso bolsonarista rotula perseguidos políticos como terroristas contra-revolucionários, transformando suas trajetórias em prova de uma ameaça permanente à nação. Assim, figuras que ocuparam posições institucionais e midiáticas passam a ser apresentadas como agentes de um suposto projeto perverso de poder, reforçando a gramática do inimigo interno: “A responsabilidade [pela imposição do ‘gênero’ nas escolas] é de Dilma Rousseff, uma mulher que não governa nada, uma terrorista, cujo primeiro marido sequestrou um avião com 96 pessoas a bordo e foi para Cuba e cujo segundo marido, com ela, assaltava caminhões na Baixada Fluminense!”¹³.

A revisão e a negação da história recente operam, assim, como mecanismos de produção de subjetividades favoráveis ao retorno do militarismo como projeto cultural e político. Nessa narrativa, o regime de 1964 teria impedido a ditadura do proletariado, mas fracassado ao permitir “o estabelecimento de uma hegemonia cultural [da esquerda] que resultou no triunfo eleitoral do PT em 2002” (Rocha, 2021, p. 157). A ascensão do bolsonarismo estaria ancorada na crença em uma “doutrinação da esquerda” que teria

¹⁰ Disponível em: <https://bit.ly/4bJbKQo>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

¹¹ Disponível em: <https://bit.ly/4bJbKQo>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

¹² Disponível em: <https://bit.ly/4bLiUEu>. Acesso em: 06 de outubro de 2023.

¹³ Disponível em: <https://bit.ly/3QQtku1>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

conquistado corações e mentes pelo campo da cultura – “motivo obsessivo do *Orvil* e de Olavo de Carvalho” (Rocha, 2021, p. 55). O *Livro negro do terrorismo no Brasil*, mais conhecido como *Orvil*, sustenta que houve quatro tentativas de implantação do modelo comunista no Brasil, sendo as três primeiras marcadas pela violência revolucionária. A estratégia teria sido deslocada, em 1974, para a “via pacífica”, considerada pelo documento do Exército como “a mais perigosa e, por isso, a mais importante”¹⁴.

Com a publicação de *A nova era e a revolução cultural: Fritjof Capra & Antonio Gramsci* (1994), Olavo de Carvalho argumenta que o campo cultural domina consciências, apresentando o marxismo como mero entretenimento em teatros, novelas, filmes, literatura e música. Contudo, o olavismo vai além de criticar a adesão das elites de esquerda à estratégia cultural de Antonio Gramsci, afirmando que a ciência ocidental teria sido capturada por uma conspiração a fim de corroer valores da civilização judaico-cristã. Nesse contexto, denuncia-se que o “marxismo cultural” opera como uma estrutura dada *a priori* capaz de condicionar até mesmo a produção de evidências científicas, rejeitando-se a ciência moderna em favor de sistemas de crença conservadores. Carvalho identifica o “gênero” como núcleo dessa “ideologia totalitária” que busca impor globalmente uma nova antropologia por meio da desconstrução das instituições historicamente articuladas à heteronormatividade.

Embora seja anacronismo histórico e desonestidade epistemológica conceder ao filósofo italiano Gramsci, morto em 1937, a autoria de um termo desconhecido nos meios acadêmicos até o início da década de 1990¹⁵, a noção de “marxismo cultural” vai ser de fundamental relevância para a produção dos discursos articulados pelas facções conservadoras que se engajaram em apoio ao bolsonarismo nas eleições de 2018 e 2022 (e muito possivelmente se engajarão em 2026 a partir de bases enunciativas muito similares). Tal importância não se dá necessariamente pela coerência do conteúdo que a estrutura, mas pela função retórica que a noção exerce: a formulação de uma narrativa conspiratória que vincula a tradição anticomunista brasileira à atual “campanha global antigênero”.

É nesse horizonte que o bolsonarismo reinscreve o “perigo vermelho” como inimigo da pátria, articulando revisionismo do período ditatorial, teorias conspiratórias sobre

¹⁴ Segundo a narrativa do *Orvil*, a primeira tentativa de tomada ocorreu entre 1922-1954; a segunda entre 1955-1964; a terceira entre 1964-1973 e a quarta teria iniciado em 1974. O “livro secreto do Exército” que começou a ser divulgado no início dos anos 2000, possui uma versão online que pode ser consultada em: <https://bit.ly/45wiMUn>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

¹⁵ Uma das primeiras formulações da noção de “*cultural marxism*” foi identificada no artigo de Michael J. Minnicino, *The new dark age: Frankfurt School and “political correctness”* (publicado em 1992)

“marxismo cultural” e pânicos morais relativos à sexualidade. A seção seguinte examina empiricamente como tais elementos se materializam em enunciados discursivos e imagéticos, evidenciando a fabricação bolsonarista do “fantasma do gênero” como novo operador de mobilização política nacional.

4. A fabricação do fantasma: o “gênero” como novo “perigo vermelho”

Como discutido, o “perigo vermelho” opera menos como referência empírica ao comunismo do que como gramática discursiva de produção de um “fantasma psicossocial”, capaz de organizar medos difusos para a formação de uma unidade complexa que impõe a crença em sua realidade. O bolsonarismo herda e reconfigura esse imaginário nas guerras culturais do século XXI, deslocando a ameaça do campo econômico para o antropológico. O “fantasma do comunismo” é reinscrito, assim, como “fantasma do gênero”: figura onipresente e indeterminada, associada à dissolução de fronteiras biológicas, familiares e nacionais. O antagonismo mobilizado independe da existência empírica do inimigo comum; funda-se na fabricação de uma “sintaxe inflamada” que condensa ansiedades heterogêneas em um horizonte comum de sentido, legitimando práticas de normalização, exclusão e violência simbólica.

O enquadramento teórico é operacionalizado por meio de dois eixos interpretativos que articulam a produção do medo e a ampliação nacional do inimigo comum. Primeiro, “a infância como operador fantasmático privilegiado” evidencia como o bolsonarismo constrói o corpo infantil como espaço de vulnerabilidade absoluta, convertendo-o em núcleo afetivo de legitimação do novo “perigo vermelho”. Em seguida, “o ‘fantasma do gênero’ como metonímia da dissolução nacional” demonstra como a ameaça, inicialmente circunscrita à infância, é expandida simbolicamente até figurar a própria decadência da pátria. Disputas identitárias e políticas educacionais passam, assim, a ser narradas como sinais de colapso civilizacional e perda da soberania nacional. As duas categorias estruturam uma progressão lógica: da infância como epicentro afetivo de produção do pânico à nação como ampliação simbólica do inimigo comum.

4.1 A infância como operador fantasmático privilegiado

Se, em Laplanche, o fantasma designa uma cena psíquica estruturada por mensagens enigmáticas que excedem a capacidade de simbolização dos sujeitos e organizam seus

desejos por meio de processos de condensação e deslocamento, a transposição política proposta por Butler (2024) permite compreender como determinadas formações discursivas produzem o “gênero” como objeto fantasmático coletivo. No caso da atual “campanha global antigênero”, a infância constitui o operador privilegiado desse processo. Por um lado, o “gênero” é deslocado de seus contextos acadêmicos e vivenciais para ser reinscrito como ameaça às crianças. Por outro, lideranças da extrema direita produzem uma condensação afetiva máxima, na qual Estado, escola, família, sexualidade e comunismo convergem em uma única cena fantasmática de perigo.

Em diferentes partes do globo, a fabricação do medo por meio do corpo infantil tem sido articulada sob a rubrica da “ideologia de gênero”, convertendo a criança em epicentro de pânico morais transnacionais. Da Europa Oriental à América Latina, passando por mobilizações conservadoras na França, Itália e Estados Unidos, campanhas antigênero recorrem reiteradamente à figura da infância ameaçada para conferir materialidade a um inimigo abstrato. Inserido nessa “geopolítica antigênero” (ABGLT et al., 2021), o caso brasileiro revela inflexões locais de uma gramática transnacional. O sintagma “ideologia de gênero”, descrito por Paternotte e Kuhar (2018) como “invenção católica” nas disputas das conferências da ONU nos anos 1990, consolidou-se como categoria política na “campanha global antigênero” contra o que Fassin (2020) identifica como os fundamentos teóricos do feminismo e dos estudos queer. No Brasil, o termo foi inicialmente midiaticizado pelo bolsonarismo como desdobramento do chamado “kit gay”, ganhando centralidade nos embates legislativos a partir de 2014, especialmente nas disputas sobre a inclusão de “gênero”, “orientação sexual” e “sexualidade” no Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) e em seus desdobramentos estaduais e municipais (Corrêa & Kalil, 2020).

Paralelamente aos embates legislativos contra a inclusão de “gênero” nos currículos escolares, Bolsonaro passou a enquadrar a “ideologia de gênero” como instrumento petista de dominação, capaz de ameaçar o futuro nacional por meio da intervenção estatal nos corpos infantojuvenis. A genealogia dessa narrativa desinformacional (Wardle & Derakhshan, 2017; Oliveira, Wang & Xu, 2022) remete ao investimento teológico do Vaticano na contraofensiva global aos ideais feministas. Em *O Sal da Terra* (1997), por exemplo, o então cardeal Joseph Ratzinger já denunciava a emancipação feminina como tentativa de libertar o humano de sua biologia. Na América Latina, as formulações da Santa Sé foram difundidas em obras como

Ideologia de gênero: o neototalitarismo e a morte da família (2011), do argentino Jorge Scala, que apresenta o gênero como ameaça à antropologia cristã ocidental.

No Brasil, tais formulações foram convertidas em acusações políticas concretas. Durante as disputas em torno do PL 5002/2013¹⁶, proposto pelos então deputados Jean Wyllys (PSOL-RJ) e Érika Kokay (PT-DF), a ideia de uma “agenda de gênero” destinada a “abolir a natureza humana” (O’Leary, 1997) foi traduzida pela retórica bolsonarista como denúncia de que o governo petista normalizaria cirurgias de redesignação sexual em menores de idade sem consentimento dos pais e responsáveis legais. Nessas bases, a permanência do PT no poder passou a significar a imposição de uma “nova pseudoantropologia” (Scala, 2011, p. 47), na qual o “princípio do interesse superior da criança” serviria de pretexto para romper com a condição biológica de crianças vulneráveis. Conforme pode ser observado na figura 1, Bolsonaro aterroriza a população brasileira que “[a]pós doutrinação por meio da ‘identidade de gênero’ na escola, seu filho de 12, 13 ou 14 anos, se desejar, poderá passar por uma cirurgia de redesignação sexual”. Ou seja, “o ‘interesse superior da criança’ deve prevalecer sobre a vontade dos pais”¹⁷.



FIGURA 1: “Alguns deputados do PT/PSOL querem CASTRAR SEU FILHO de 12 ANOS”
FONTE: Página do Bolsonaro no Facebook, 27 de junho de 2018

¹⁶ Projeto denominado Lei João W. Nery, o PL 5002/2013 visou regulamentar a correção de nomes sociais de pessoas travestis e transexuais sem a necessidade de autorização judicial, bem como obrigar o sistema público de saúde e os planos privados a cobrirem “tratamentos hormonais integrais” e “intervenções cirúrgicas de transexualização total ou parcial” para adultos maiores de 18 anos que desejem “adequar seu corpo à identidade de gênero autopercebida”. Disponível em: <https://bit.ly/3UEn8qQ>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2025.

¹⁷ Disponível em: <https://bit.ly/3ONaLEW>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

A postagem compartilhada por Bolsonaro no Facebook em 27 de junho de 2015 – que alcançou 66 mil curtidas, 27 mil compartilhamentos e 7,3 mil comentários¹⁸ –, reutilizou uma imagem divulgada pouco mais de duas semanas antes para denunciar a suposta presença de uma criança em um ambiente apresentado como sendo a 19ª Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo: “Parada gay é financiada por Dilma Rousseff e consta de seu Programa de Governo. Criança de 8 anos é estimulada a ser gay: seria pelos pais biológicos ou pelo casal gay?”¹⁹. No entanto, se na primeira veiculação da imagem uma “criança de 8 anos [estaria sendo] incentivada a ser gay” por “monstros morais” disfarçados de pais adotivos, na reapresentação posterior Bolsonaro intensifica o enquadramento alarmista ao conclamar cidadãos comuns a “SALV[AREM] NOSSAS CRIANÇAS”, já que “alguns deputados do PT/PSOL querem CASTRAR SEU FILHO DE 12 ANOS”²⁰.

A palavra “castrar”, empregada na primeira frase da postagem, não descreve nenhuma política pública existente; trata-se de um operador semântico que aciona o imaginário da mutilação corporal irreversível, fabricando, assim, o pânico em relação a uma “epidemia” de intervenções médicas precoces – completamente dissociada dos protocolos clínicos efetivamente vigentes. Em sintonia com o que ocorre na arena transnacional, o “fantasma do gênero” opera no contexto brasileiro por meio de uma economia afetiva discursivamente organizada. Por um lado, condensa a pluralidade de políticas educacionais proposta pelos governos do PT em um plano único de perversão infantil. Por outro, desloca ansiedades econômicas, inseguranças políticas e ressentimentos culturais para o campo da sexualidade infantil. Nesse contexto, a escola emerge como espaço de doutrinação moral; o professor, como agente suspeito; o Estado, como tutor totalitário que usurpa a autoridade parental. A eficácia dessa operação reside na mobilização visceral que produz.

Na imagem da figura 1, o corpo infantil quase nu (vestido apenas por um micro short jeans e um adereço de penas verde e amarelo) é transformado em evidência material do “fantasma do gênero”. Nessa encenação, não importa a inexistência de políticas petistas que promovam cirurgias compulsórias; o que importa é a capacidade da imagem de corporificar e visualizar publicamente o medo. Fundamentalmente, o objeto fantasmático ganha densidade política porque é inscrito no corpo da criança – lugar máximo de proteção moral. Esse

¹⁸ Dados de 11 de setembro de 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://bit.ly/44aoBac>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

²⁰ Disponível em: <https://bit.ly/3ONaLEW>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2025.

movimento não é contingente: a criança ocupa posição estratégica na economia afetiva do discurso sexual contemporâneo (Lowenkron, 2015). Ela aparece como sujeito absolutamente vulnerável, incapaz de consentimento, portadora de pureza ontológica e promessa de futuro.

Ao posicionar os corpos infantis como “última linha de defesa” contra o avanço do “fantasma do gênero”, Bolsonaro explora uma matriz narrativa presente em campanhas antigênero internacionais: a da “criança ameaçada” como símbolo máximo de inocência a ser protegida. Tal figura funciona como catalisador moral, pois qualquer ataque percebido contra ela mobiliza repulsa, medo e disposição para o combate político. Além disso, o investimento discursivo sobre a infância na retórica bolsonarista responde a uma lógica histórica na qual a criança funciona como signo privilegiado de disputas ideológicas e morais. Assim como no contexto da Guerra Fria a figura do “estudante doutrinado” simbolizava a vulnerabilidade da juventude à infiltração comunista, o bolsonarismo atualiza esse imaginário ao inscrever o corpo infantil como território em disputa no embate contra a suposta “ideologia de gênero”.

Mais do que ilustrar a denúncia verbal, a imagem da criança violentada por “monstruosidades morais” estrutura a fabricação fantasmática na postagem. Ela fornece uma âncora visual para um pânico previamente construído discursivamente, permitindo que o inimigo abstrato adquira aparência concreta. O enquadramento visual destaca o corpo infantil em posição central, isolando-o do contexto mais amplo do evento e produzindo um efeito de desproteção. O uso do micro short jeans e do adereço de penas com cores associadas à nacionalidade intensifica a ambivalência simbólica: o corpo aparece simultaneamente erotizado e nacionalizado. Essa combinação não é acidental. Ao associar a infância a signos da pátria, a imagem sugere que não é apenas uma criança que está ameaçada, mas o próprio corpo nacional estaria sendo exposto, manipulado e violado. A criança deixa de ser apenas um sujeito de direitos e passa a operar como metonímia do Estado-nação: qualquer ameaça percebida contra ela é traduzida como ameaça existencial ao corpo político coletivo.

4.2 O “fantasma do gênero” como metonímia da dissolução nacional

O segundo movimento analítico amplia o alcance da ameaça. Se antes o “gênero” figurava como perigo à infância, aqui ele passa a operar como metonímia da dissolução nacional: ameaçar a infância equivale a ameaçar a nação. Partindo da constatação de que a retórica bolsonarista fabrica o “fantasma do gênero” como o novo “perigo vermelho” por meio da descontextualização e distorção de políticas públicas petistas voltadas ao

reconhecimento da diversidade de gênero e sexualidade de crianças e adolescentes (Santos, 2024), analiso a seguir os processos comunicacionais pelos quais Bolsonaro estigmatiza a reflexão proposta pela *Nova Escola* acerca do preconceito enfrentado por estudantes que desafiam a heteronormatividade. Como ilustrado na figura 2, ao estampar na capa da edição de fevereiro de 2015 a imagem de Romeo Clarke vestido de princesa com uma tiara de cristal na cabeça – menino britânico de cinco anos que foi impedido de ir às aulas por preferir usar vestidos a roupas rotuladas como masculinas –, a revista convida educadores a um debate crítico sobre gênero e sexualidade na infância: “Vamos falar sobre ele?”²¹.



FIGURA 2: “Vamos falar sobre ele?”
 Fonte: Revista *Nova Escola*, fevereiro de 2015

Em 15 de janeiro de 2016²², quase um ano após a publicação da capa, Bolsonaro reagiu no Facebook, acusando a *Nova Escola* de integrar uma “operação casada do MEC” para distribuir “livros que estimulam o sexo entre criancinhas”. No vídeo compartilhado, afirma: “Essa criancinha tem cinco anos de idade. Ela tem consciência do que está fazendo? Vocês estão estimulando ela ser homossexual, ou não? Isso é um crime que vocês fazem”. Segundo a retórica, a revista seria parte de um plano petista para inscrever a “ideologia de gênero” nos corpos infantojuvenis e assegurar sua permanência no poder: “E a *Nova Escola*

²¹ A integralidade da matéria escrita e assinada por Wellington Soares, *Educação sexual: precisamos falar sobre Romeo...*, está disponível em: <https://bit.ly/3uAPebY>. Acesso em: 21 de outubro de 2023

²² Disponível em: <https://bit.ly/42LrbU4>. Acesso em: 21 de outubro de 2023

mesmo diz: ‘O menino que a ilustra está vestido de princesa. Mas segue sendo um menino’. (...) isto veio daqui: Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Isso é um documento do governo”.

Em 5 de fevereiro de 2016²³, Bolsonaro voltou a compartilhar a referida imagem, agora contrapondo o “MENINO vestido de PRINCESA” a duas crianças fardadas e armadas no que aparenta ser uma parada militar (figura 3). A montagem opõe degeneração moral e ordem social: o corpo dissidente é apresentado como evidência de decadência nacional, enquanto a infância militarizada encarna disciplina, hierarquia e controle. O contraste projeta dois futuros possíveis e transforma os corpos infantis em campo de batalha simbólica no qual se decide o destino da pátria.



FIGURA 3: Os corpos infantis como o corpo da nação
FONTE: Página do Bolsonaro no Facebook, 05 de fevereiro de 2016

Ao corporificar dois modelos antagônicos de infância, a retórica bolsonarista promove o “retorno de um efeito de sentido”, reinscrevendo os rastros do “fantasma do comunismo” na atualização do “fantasma do gênero” como novo inimigo comum. De um lado, crianças militarizadas simbolizam uma nação forte e moralmente homogênea, sob autoridade paterna e estatal; de outro, o menino vestido de princesa encarna a dissolução das fronteiras de gênero e a ameaça à “ordem natural” do mundo. A militarização da infância, assim, condensa a

²³ Disponível em: <https://bit.ly/4s4fVO2>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2026

masculinidade autoritária como solução política, projetando a disciplinarização dos corpos e das subjetividades como condição para a restauração da ordem social.

A operação é metonímica porque o “fantasma do gênero” não aparece como problema isolado, mas como signo visível de um projeto civilizacional adversário. Sua centralidade articula-se ao que Edelman (2004) denomina “futurismo reprodutivo” (*reproductive futurism*): a defesa abstrata da “criança” legitima políticas reacionárias sob a aparência de proteção universal. Assim, debates sobre gênero e sexualidade são reduzidos a dilemas morais binários – salvação da infância ou destruição da pátria –, eliminando posições intermediárias e conciliatórias. As imagens das crianças fardadas e do menino vestido de princesa funcionam como dispositivos semióticos de alta carga afetiva, encenando dois futuros antagônicos: um disciplinado e hierarquizado; outro degenerado e caótico. Sendo assim, o “marxismo cultural” opera como narrativa totalizante que reúne feminismo, estudos de gênero, movimentos LGBTQIA+ e políticas educacionais sob o signo de uma mesma ameaça à soberania, à família e às fronteiras biológicas.

O “fantasma do gênero”, portanto, expande-se: de ameaça à criança individual, torna-se ameaça ao corpo político coletivo. A nação é figurada como organismo vulnerável e o gênero como patógeno interno. Termos como “infiltração” e “doutrinação” reforçam uma semântica defensiva que apresenta o adversário como força parasitária a ser eliminada para restaurar a saúde do corpo nacional. Sua eficácia reside na indeterminação: o “gênero” opera como “significante sobredeterminado”, capaz de absorver ansiedades históricas e reinscrever qualquer política petista como evidência do perigo. Ao condensar ameaça e solução no mesmo enquadramento imagético, a retórica bolsonarista mobiliza medo, ao mesmo tempo que prescreve o remédio: a reafirmação da masculinidade militarizada e cis-heteronormativa como garantia da ordem. Trata-se de uma militarização simbólica da moralidade em que o destino da criança e da pátria depende da derrota do novo “perigo vermelho”.

A militarização dos corpos infantis, a moralização das brincadeiras de crianças e a regulação dos personagens com os quais meninos e meninas podem se fantasiar reafirmam, desde cedo, a heteronormatividade como “regime político forçado” (Wittig ([1992] 2022)). Ao impor uma suposta coerência sexo-gênero-desejo, os corpos infantis fardados figuram a promessa de um futuro livre do “fantasma do gênero”. Farda, boina e arma simbolizam um regime masculinista que reinscreve disciplina, hierarquia e controle, negando a fluidez dos corpos e das expressões de gênero. Modelos normativos de infância tornam-se, assim, pilares

de um projeto de poder que concebe a política como exercício autoritário de uma masculinidade cis-heteronormativa, produzida por práticas que alienam os sujeitos dos seus próprios corpos, controlando os movimentos (entrar em forma, posição de sentido, descansar e marchar), delimitando a estética (regras de corte e uso do cabelo, fiscalização detalhada de uniformes com cores padronizadas) e definindo os modos de expressão (formas de andar, falar, olhar e gesticular).

A imagem do menino vestido de princesa encarna uma corporeidade que escapa à “pedagogia militar” (Bortolini, 2021), afirmando, pela criatividade lúdica, uma autonomia que tensiona o binarismo de gênero. Ao subverter padrões heteronormativos simplesmente por existir, esse corpo infantil figura um território ainda não capturado pelas gramáticas generificadas de poder que sustentam o ideal de um “Brasil acima de tudo” governado por um “Deus acima de todos”. Ao condensar transgressão das leis naturais e sociais, a capa da *Nova Escola* é reinscrita pela retórica bolsonarista como prova da encarnação do novo “perigo vermelho” nos corpos infantojuvenis, vivificando, a perversidade mais aviltante que o “fantasma do gênero” poderia ser capaz de produzir em nome do plano marxista de dominação global: a fabricação da própria infância como uma *monstruosidade moral*.

5. Considerações Finais

Este artigo investigou como o bolsonarismo fabrica discursivamente o “fantasma do gênero” como atualização do “perigo vermelho”, deslocando o eixo do inimigo comum do campo econômico para o antropológico. Partiu-se da hipótese de que a pauta antigênero se consolidou, no Brasil, como categoria política estratégica capaz de reativar a tradição anticomunista e reorganizá-la nas guerras culturais do século XXI, produzindo alianças reacionárias heterogêneas sob a retórica da proteção da infância e da soberania nacional.

Ancorada na Análise do Discurso de orientação foucaultiana, a pesquisa examinou 58 pronunciamentos parlamentares de Jair Bolsonaro (1991-2018) e 66 postagens publicadas em sua página oficial no Facebook (2013-2018). Esse corpus permitiu observar a materialização empírica do “fantasma do gênero” como operador político, evidenciando práticas de produção de sentidos atravessadas por relações de saber-poder, regimes de verdade e formações discursivas. A articulação teórica entre a noção laplancheana de fantasma e a formulação butleriana de “fantasma de gênero” mostrou-se produtiva para compreender como

o “gênero” é convertido em ameaça psicossocial, independentemente de qualquer referente empírico verificável.

Os resultados indicam que o bolsonarismo reinscreve os rastros discursivos do anticomunismo brasileiro por meio do que Mariani denomina “retorno de um efeito de sentido”. O comunismo, outrora associado à revolução proletária e à subversão da propriedade privada, é deslocado para o campo antropológico, passando a figurar como “marxismo cultural” e, finalmente, como “ideologia de gênero”. Nesse processo, o “fantasma do gênero” opera como significante sobredeterminado: condensa e desloca pânico morais relativos à pedofilia, à corrupção infantil, à destruição da família, à perda da soberania e à decadência civilizatória, funcionando como superfície de projeção de ansiedades sociais.

A análise empírica evidenciou dois movimentos articulados. Primeiro, a infância é construída como operador fantasmático privilegiado. Ao inscrever o “gênero” no corpo infantil, a retórica bolsonarista produz uma condensação afetiva máxima, convertendo a criança em núcleo de legitimação do novo “perigo vermelho”. Em um segundo movimento, o “fantasma do gênero” expande-se metonimicamente da infância à nação. A ameaça inicialmente circunscrita é ampliada até representar a própria dissolução do corpo político coletivo. A criança torna-se metonímia da pátria; protegê-la equivale a salvar a nação. Nesse enquadramento, disputas sobre políticas educacionais e direitos sexuais são narradas como indícios de um colapso civilizacional iminente. A solução proposta – a reafirmação de uma masculinidade militarizada, disciplinar e cis-heteronormativa – é apresentada como antídoto à degeneração moral e à infiltração cultural. Assim, o retorno simbólico do militarismo aparece não apenas como nostalgia autoritária, mas como promessa de reorganização moral.

Ao demonstrar como o “fantasma do gênero” opera como tecnologia discursiva de poder, o artigo contribui para a compreensão das guerras culturais contemporâneas como disputas pela definição política da infância, da família, da nação e do futuro da humanidade. Em um cenário marcado pela reativação de pautas antigênero em contextos eleitorais e pela circulação transnacional de narrativas conspiratórias, compreender os mecanismos de fabricação e circulação do “fantasma do gênero” torna-se fundamental para a análise das dinâmicas contemporâneas de desinformação, mobilização afetiva e legitimação de projetos autoritários. Diante disso, o próximo passo desta pesquisa consiste em coletar e analisar materiais antigênero produzidos e circulados durante as eleições presidenciais de 2026 nas redes sociais do(a) candidato(a) representante da aliança conservadora no Brasil. Tal

desdobramento permitirá observar continuidades, inflexões e possíveis reconfigurações do “fantasma do gênero” em um novo ciclo de disputa pelo poder Executivo nacional.

Referências

- ABGLT, et al. **Ofensivas anti-gênero no Brasil**: Políticas de Estado, legislação, mobilização social, 2021.
- BORTOLINI, A. Militarização das escolas e avanço reacionário: uma perspectiva de gênero. **Revista diversidade e educação**, v. 9, 2. 2, p. 92-119, 2021.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1990] 2003.
- _____. **Quem tem medo do gênero?** SP: Ed. Boitempo, 2024
- CARVALHO, O. **A nova era e a revolução cultural**: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 4ª edição. Campinas: Vide editorial, [1994] 2014.
- COHEN, S. **Folk devils and moral panics: The creation of the Mods and Rockers**. London: MacGibbon & Kee, 1972.
- CONTRERO, F. J.; POOLE, D. **Nueve izquierda y cristianismo**. Madrid: Encuentro, 2011
- CORRÊA, S. A “política do gênero”: um comentário genealógico. **Cadernos Pagu** (53), 2018
- CORRÊA, S.; KALIL, I. **Políticas antigênero em América Latina**: Brasil – ¿La catástrofe perfecta? Observatorio de Sexualidad y Política (SPW), 2020
- EDELMAN, L. **No future**: queer theory and the death drive. Duke University Press, 2004).
- FASSIN, E. Anti-gender campaigns, populism, and neoliberalism in Europe and Latin America. **Lasa Forum** – Dossier: las ofensivas antigênero en América Latina, 51:2, 2020
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, [1971] 1996
- _____. **Os anormais**. São Paulo: WMF Martins Fontes, [1974-1975] 2018
- GARBAGNOLI, S.; PREARO, M. **La croisade “anti-genre”**: du Vatican aux manifs pour tous. Textuel, 2017
- LOWENKRON, L. **O monstro contemporâneo**: a construção social da pedofilia em múltiplos planos. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2015.
- MARIANI, B. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais. Campinas: Editora da UNICAMP; RJ: Editora Revan, 1998.
- _____. As formas discursivas e a ameaça comunista. **Línguas e instrumentos linguísticos**, v. 1, p. 266-294, 2019.
- MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade & Estado**, v. 32, no. 3, 2017

MOTTA, R. P. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil. SP: Editora Perspectiva, 2002.

NAPOLITANO, M. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 397-420, 2019.

O'LEARY, D. **The gender agenda**: redefining equality. Vital Issues Press, 1997.

OLIVEIRA, T. WANG, Z.; XU, J. Scientific disinformation in times of epistemic crisis: circulation of conspiracy theories on social media platforms. **Online Media and Global Communication**, 1(1),164-186, 2022.

PATTERNOTE, D.; KUHAR, R. “Ideologia de gênero” em movimento. **Revista Psicologia Política**, v. 18, n. 43, 2018.

RATZINGER, J. A. **La sal de la tierra**. Madrid: Libros Palabra, 1997.

RICH, A. Compulsory heterosexuality and lesbian experience. In: SNITOW, A.; STANSEL, C.; THOMPSON, S. **Powers of desire – the politics of sexuality**. New York: Monthly Review Press, 1983.

ROCHA, J. C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021

SANTOS, A. **A fabricação do pânico sexual bolsonarista**: do kit gay à mamadeira de piroca. Florianópolis: Editora Insular, 2024.

SCALA, J. **Ideologia de gênero. O neototalitarismo e a morte da família**. Ed. Katechesis, 2011

WALSH, D. Trump’s bid at a new fusionism. **Boston Review**, 28 de janeiro de 2025.

WARDLE, C.; DERAQSHAN, H. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. **Report**. Strasbourg: Council of Europe, 2017.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. BH: Editora Autêntica, [1992] 2022.

.